



Processo n. 104.958/13

CONTRATO N. 2014/094.0

CONTRATO CELEBRADO ENTRE  
A CÂMARA DOS DEPUTADOS E  
A ALVARO SARDINHA NETO -  
ME PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE  
LAUDO TÉCNICO DE  
AVALIAÇÃO ESTRUTURAL E  
PROJETOS DE CÁLCULO  
ESTRUTURAL PARA REFORÇO E  
ADAPTAÇÃO DE ESTRUTURA.

Ao(s) CINCO dia(s) do mês de MAIO de dois mil e quatorze, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília - DF, e a ALVARO SARDINHA NETO - ME, situada na Av. Alameda das Orquídeas, n. 393, Centro, em São Lourenço - MG, inscrita no CNPJ sob o n. 11.896.697/0001-47, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu Procurador, o senhor WALDEMAR FONSECA MOURÃO, residente e domiciliado em São Lourenço - MG, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/06/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/07/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 07/06/01, publicado no D.O.U. de 05/07/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital de Retificação Consolidado do Pregão Eletrônico n. 14/14, daqui por diante denominado EDITAL, e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de elaboração de laudo técnico de avaliação estrutural e projetos de cálculo estrutural para reforço e adaptação de estrutura, de acordo com as

532  
80



especificações técnicas e quantidades descritas no Anexo n. 1 e demais exigências e condições expressas no EDITAL e seus Anexos.

Parágrafo primeiro - Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos:

- a) Edital de Retificação Consolidado do Pregão Eletrônico n. 14/14 e seus Anexos;
- b) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 14/14;
- c) Proposta da CONTRATADA, datada de 4/4/14.

Parágrafo segundo - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor decorrente do presente Contrato, em razão de inclusão ou exclusão de componentes do objeto, sem modificação de preços e demais condições constantes de sua proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO, e previsto no subitem 2.1 do Anexo n. 3 ao referido Edital.

Parágrafo terceiro - As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o inciso II do parágrafo 2º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Os serviços objeto deste Contrato deverão ser executados com rigorosa observância às especificações técnicas e demais condições mencionadas no Termo de Referência, constante do Anexo n. 1 ao EDITAL, observando, ainda, o descrito no Caderno de Especificações, constante do Anexo n. 2 ao EDITAL

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços objeto deste Contrato estão descritos no Caderno de Especificações, constante do Anexo n. 2 ao EDITAL, e consistem na elaboração de Laudo Técnico, Projeto Executivo, Memorial de Cálculo, Caderno de Encargos, Orçamento de Referência e Composição de Custo Unitário, Cronograma Físico-Financeiro e Projeto Executivo dos Serviços Complementares.

Parágrafo primeiro – O Laudo Técnico do serviço deverá conter as seguintes informações essenciais:

- a) avaliação e descrição completa - inclusive com a elaboração de relatório “como construído” - dos elementos estruturais existentes no local a receber os equipamentos;
- b) descrição completa da prova de carga e dos ensaios realizados na estrutura com os seus resultados;



c) avaliação da capacidade máxima de carga da estrutura existente que receberá os equipamentos, garantindo a segurança, em relação aos estados limites últimos (ELU) e de serviço (ELS), da estrutura como um todo e de cada uma de suas partes;

d) manifestação expressa acerca da capacidade da estrutura para suportar - além de seu carregamento usual - as cargas provenientes das torres de arrefecimento do sistema de ar condicionado a serem colocadas sobre a estrutura, juntamente com sua base, em concreto armado;

e) avaliação do estado de conservação e utilização da estrutura existente, identificação de patologias em elementos estruturais e indicação dos serviços a serem realizados para recuperação dos elementos em processo de degradação.

Parágrafo segundo – Deverá ser elaborado Projeto Executivo de:

a) reforço e recuperação da estrutura que receberá os equipamentos do sistema de ar condicionado do Anexo IV da CONTRATANTE;

b) base de concreto armado para suportar a carga proveniente das torres de arrefecimento com vistas a uma distribuição uniforme de carregamento sobre a estrutura existente;

c) abertura de tampa na laje pré-moldada existente, que possibilite a manutenção dos equipamentos localizados no subsolo e o trânsito de veículos no local da abertura, sobre sua tampa.

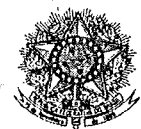
Parágrafo terceiro – Deverá ser apresentado Memorial de Cálculo contemplando: os cálculos realizados sobre a estrutura existente, justificando a adoção de reforços estruturais, com base nos ensaios que deverão ser realizados para a sua caracterização e determinação da capacidade de carga; a base de concreto armado; as aberturas e respectivas tampas.

Parágrafo quarto – Deverá ser entregue Caderno de Encargos contendo a descrição dos serviços necessários e a especificação dos materiais a serem empregados, conforme Projeto Executivo.

Parágrafo quinto – Deverá ser elaborado Orçamento de Referência e Composição de Custo Unitário dos serviços a serem executados, incluindo os projetos executivos e a realização de eventuais reparos na estrutura existente.

Parágrafo sexto – A CONTRATADA deverá elaborar o Cronograma Físico-Financeiro de todos os serviços a serem executados, em consonância com o Projeto Executivo e com o Caderno de Encargos.

Parágrafo sétimo – O Projeto Executivo dos Serviços Complementares deverá contemplar os procedimentos necessários para execução dos serviços de acordo com a legislação, as normas técnicas pertinentes e as boas práticas de engenharia.



#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços objeto deste Contrato deverão ser executados conforme o descrito no Caderno de Especificações, constante do Anexo n. 2 ao EDITAL.

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar a prestação dos serviços em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura deste Contrato.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA deverá, antes de dar início à prestação dos serviços, apresentar análise preliminar de riscos elaborada por profissional especializado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura deste Contrato.

Parágrafo terceiro – A análise deverá ser entregue à Fiscalização, que a encaminhará ao Setor de Engenharia de Segurança do Trabalho da CONTRATANTE, que, após sua aprovação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação, autorizará a execução dos serviços com ou sem restrições, por meio de formulário a ser emitido pelo requisitado à Fiscalização.

Parágrafo quarto – Os serviços deverão ser entregues na Coordenação de Engenharia de Obras, localizada no 19º andar do Edifício Anexo I da CONTRATANTE, em Brasília-DF, em dia de expediente normal, das 9h às 11h30 ou das 14h às 17h30.

Parágrafo quinto – A CONTRATADA somente iniciará cada etapa dos serviços após a assinatura da respectiva ordem de serviço emitida pela CONTRATANTE.

Parágrafo sexto – A coordenação, o gerenciamento e o acompanhamento dos trabalhos serão de responsabilidade da equipe técnica da CONTRATANTE.

Parágrafo sétimo – As visitas técnicas serão acompanhadas por equipe técnica da CONTRATANTE.

Parágrafo oitavo – A CONTRATANTE designará a equipe de fiscalização, com profissionais habilitados do seu quadro de servidores efetivos, para acompanhamento e fiscalização dos trabalhos.

Parágrafo nono – O responsável técnico pelo projeto deverá, obrigatoriamente, comparecer a todas as reuniões com a equipe de fiscalização da CONTRATANTE, ou sempre que for solicitada a sua presença.

Parágrafo décimo – Para a execução dos serviços não será admitida, durante os dias úteis, a interrupção do trânsito nas adjacências do local em que se fará a análise da estrutura. Será feita apenas a sinalização adequada para garantir a segurança dos funcionários que desempenharão serviços na localidade. A sinalização será de responsabilidade da CONTRATADA e os serviços somente poderão ser



executados após liberação da Fiscalização, com anuência da equipe de Segurança do Trabalho da CONTRATANTE.

Parágrafo décimo primeiro – As máquinas do sistema de condicionamento de ar do Edifício Anexo IV da CONTRATANTE, localizadas sob a estrutura a ser avaliada, não poderão, em hipótese alguma, ser desligadas durante seu horário normal de funcionamento.

Parágrafo décimo segundo – Toda a comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE se dará por meio da Fiscalização.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS E ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS**

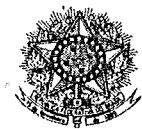
Os prazos para a execução dos serviços e respectivas etapas de desenvolvimento dos projetos deverão obedecer o disposto no Título 2 do Anexo n. 2 ao EDITAL.

Parágrafo primeiro – A execução dos serviços objeto deste Contrato será dividida em 3 (três) etapas, conforme cronograma a seguir:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO MÁXIMO PARA EXECUÇÃO
1ª ETAPA	Produto a ser entregue: Laudo Técnico	25 dias
2ª ETAPA	Produtos a serem entregues: Projeto Executivo – Projetos, Memorial de Cálculo, Caderno de Encargos, Orçamento de Referência e Composição de Custo Unitário e Cronograma Físico-Financeiro	20 dias
3ª ETAPA	Produto a ser entregue: Projeto Executivo – Serviços Complementares	15 dias

Parágrafo segundo – A CONTRATADA poderá apresentar cronograma de execução diverso do constante no parágrafo anterior, desde que não altere o prazo total de execução, estando o novo cronograma sujeito à aprovação da Fiscalização.

Parágrafo terceiro – Os prazos para execução das etapas serão contados a partir do recebimento, pela CONTRATADA, da ordem de serviço.



Parágrafo quarto – O início da etapa subsequente fica condicionado ao aceite pela fiscalização do(s) produto(s) entregue(s) na etapa anterior e expressa autorização para sua realização (ordem de serviço).

Parágrafo quinto – Os prazos constantes do cronograma incluem a correção dos itens apontados na análise da fiscalização, quando couber.

Parágrafo sexto – Caso a CONTRATADA consiga cumprir uma etapa em prazo inferior ao estipulado, os dias poderão ser acrescidos na etapa subsequente, a critério da CONTRATANTE.

Parágrafo sétimo – Após a conclusão de cada etapa, a CONTRATADA deverá encaminhar os produtos previstos para análise da fiscalização.

Parágrafo oitavo – A fiscalização disporá dos seguintes prazos estimados para análise do(s) produto(s) entregue(s):

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO ESTIMADO PARA ANÁLISE
1ª ETAPA	Produto a ser entregue: Laudo Técnico	15 dias
2ª ETAPA	Produtos a serem entregues: Projeto Executivo – Projetos, Memorial de Cálculo, Caderno de Encargos, Orçamento de Referência e Composição de Custo Unitário e Cronograma Físico-Financeiro	15 dias
3ª ETAPA	Produto a ser entregue: Projeto Executivo – Serviços Complementares	18 dias

Parágrafo nono – Após o término da análise dos produtos pela fiscalização, será emitido Relatório de Análise da Fiscalização, que conterà as orientações e exigências a serem, obrigatoriamente, cumpridas.

Parágrafo décimo – A fiscalização poderá solicitar o refazimento parcial ou total dos serviços, caso não estejam em conformidade com este Contrato e com o EDITAL, sem prejuízo das penalidades contratuais estabelecidas.



## **CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO DEFINITIVO**

O objeto contratual será recebido definitivamente se em perfeitas condições e conforme as especificações editalícias a que se vincula a proposta da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro – Após análise e aprovação dos produtos e, quando for o caso, o cumprimento de todas as exigências e observações contidas no Relatório de Análise da Fiscalização emitido para cada etapa, conforme disposto no Título 2 do Anexo n. 2 ao EDITAL, será emitido o Termo de Recebimento Provisório referente à etapa.

Parágrafo segundo – O Termo de Recebimento Definitivo será emitido em até 90 (noventa) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório referente à 3ª etapa.

Parágrafo terceiro – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução deste Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da CONTRATADA, aquelas enunciadas no EDITAL, e em seus anexos, além daquelas determinadas pelo órgão responsável, em caráter complementar, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nos prédios administrativos da CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro – Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como Correclamada.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo quarto – A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a



rescisão deste Contrato, nos termos do artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

Parágrafo quinto – A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo sexto – A CONTRATADA deverá ainda:

- a) executar todos os trabalhos de acordo com as normas técnicas vigentes, leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais e distritais, que direta e/ou indiretamente sejam aplicáveis ao objeto deste Contrato;
- b) responsabilizar-se pelo desenvolvimento de todos os projetos que compõem o objeto deste Contrato;
- c) apresentar todos os serviços, inclusive os projetos completos, conforme as orientações que se referem aos critérios para produção de projetos técnicos;
- d) apresentar, para arquivo da CONTRATANTE, cópias dos produtos entregues em meio digital vetorial bidimensional de extensão “.dwg”, compatível com AutoCAD 2010, fornecidas em *compact disc*, e 2 (duas) vias impressas de cada projeto, com os carimbos de aprovado por cada órgão competente, quando couber;
- e) promover e conduzir a realização de reuniões de compatibilização entre todos os projetos que compõem o objeto deste Contrato;
- f) arcar com as despesas concernentes a taxas, licenças e emolumentos que venham a ser obrigatórios até o término da vigência deste Contrato;
- g) recolher os encargos trabalhistas referentes a execução dos serviços, conforme disposto no art. 71 da Lei n. 8.666/93;
- h) realizar o levantamento *in loco* das instalações existentes no local que terão interferência e interligação com o projeto que será desenvolvido;
- i) apresentar relatório contendo análise e justificativas no tocante às alternativas, soluções e critérios adotados no desenvolvimento dos projetos;
- j) participar, ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, de reuniões periódicas, conforme agendamento durante a execução do contrato, entre o responsável técnico pelos projetos e a equipe técnica da CONTRATANTE, a fim de apresentação dos trabalhos e sua análise;
- k) efetuar, durante o desenvolvimento dos trabalhos, quando necessário, alterações nos projetos para as devidas adequações;





- l) arcar com todas as despesas com transporte, hospedagem, diárias e outras que porventura vierem a ocorrer;
- m) realizar os serviços de que trata o objeto deste Contrato nos prazos estipulados e apresentar os documentos solicitados pelo órgão responsável nos prazos previamente notificados;
- n) apresentar pareceres técnicos ou quaisquer esclarecimentos, quando solicitados pelo órgão responsável, sobre fatos relevantes ocorridos no transcorrer da execução dos projetos e/ou serviços no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da solicitação;
- o) prestar todos os esclarecimentos necessários até o final do procedimento licitatório de contratação da empresa responsável pela execução da obra decorrente dos projetos objeto deste Contrato, sem qualquer ônus adicional, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- p) manter equipe técnica compatível em quantidade e qualidade suficientes para garantir a perfeita e ininterrupta execução dos serviços contratados nos prazos estabelecidos, não sendo aceitável atraso sob justificativa de férias, descanso semanal, licenças em geral, falta ao serviço, demissão, dentre outros motivos análogos;
- q) acatar todas as orientações e o gerenciamento dos trabalhos feitos por parte do órgão responsável;
- r) comunicar imediatamente, por intermédio do órgão responsável, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto contratado.

Parágrafo sétimo – As reuniões, a que se refere a alínea “j” do parágrafo sexto desta Cláusula, entre a equipe técnica da CONTRATANTE e os projetistas contratados, serão previamente agendadas e realizadas nas dependências da CONTRATANTE, em Brasília-DF.

Parágrafo oitavo – O responsável técnico pelos projetos deverá, obrigatoriamente, comparecer a todas as reuniões mencionadas na alínea “j” do parágrafo sexto desta Cláusula com a equipe técnica da CONTRATANTE ou sempre que seja solicitada sua presença.

Parágrafo nono – É vedada a subcontratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

Parágrafo décimo – Caberá à CONTRATADA providenciar, junto ao CREA-DF, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa aos serviços objeto deste Contrato, de acordo com a legislação vigente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura deste Contrato.



## **CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais, atraso injustificado na conclusão dos serviços, ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE, omissão ou outras faltas mencionadas no Anexo n. 4 ao EDITAL, serão aplicadas à CONTRATADA as multas e demais sanções previstas no referido dispositivo editalício, observadas as condições nele indicadas, sem prejuízo do disposto nos artigos 86 a 88 da LEI, correspondente aos artigos 134 a 136 do REGULAMENTO, e no art. 7º da Lei n. 10.520/02.

Parágrafo primeiro - Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

Parágrafo segundo - As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo terceiro - A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

Parágrafo quarto - Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da LEI, de 1993, a saber:

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos no EDITAL e neste Contrato;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a CONTRATANTE; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

Parágrafo quinto - Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria n. 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

Parágrafo sexto - Não se aplica o disposto no parágrafo anterior, quando verificada, num período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.

Parágrafo sétimo - Findo o último prazo fixado no item 2 da Tabela de Multas constante do parágrafo décimo primeiro desta Cláusula, sem que a CONTRATADA tenha concluído a etapa, além da multa prevista, poderá, a critério da CONTRATANTE, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.



Parágrafo oitavo – A CONTRATADA será também considerada em atraso se prestar os serviços em desacordo com as especificações e não corrigir as inconsistências apresentadas dentro do período remanescente do prazo de execução.

Parágrafo nono – Na hipótese de abandono da contratação, a qualquer tempo, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente do contrato, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo décimo – Se a CONTRATADA, a qualquer tempo, deixar de executar os serviços ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total remanescente do contrato, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo décimo primeiro – Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de 5 (cinco) dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo décimo segundo – Poderão ser impostas à CONTRATADA, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor deste Contrato, observados, sempre, a reprovabilidade da conduta da CONTRATADA, dolo ou culpa e o disposto no parágrafo décimo desta Cláusula e sopesados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com a seguinte tabela:

INFRAÇÃO	PERCENTUAIS (sobre o valor total do contrato)
<b>CONSIDERA-SE INFRAÇÃO CONTRATUAL, PASSÍVEL DE MULTA, SEM PREJUÍZO DAS COMINAÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:</b>	
1. Deixar de cumprir exigência ou obrigação contratual, ou legal, ou incorrer em qualquer outra falta para a qual não se previu multa diversa, por ocorrência	1%
2. Deixar de cumprir o prazo máximo para execução das etapas do serviço, de acordo com o Anexo n.2 ao EDITAL:	
atraso de até 10 dias.....	2,5%
atraso de 11 até 20 dias.....	5%
atraso de 21 dias em diante.....	10%
3. Não providenciar, junto ao CREA/DF, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme disposto no item 3.3 do Anexo n. 3 ao EDITAL, por dia de atraso	1%
4. Deixar de promover e conduzir a realização de reuniões de compatibilização entre todos os projetos que compõem o objeto deste Contrato ou de participar de reuniões periódicas entre o responsável	2,5%



INFRAÇÃO	PERCENTUAIS (sobre o valor total do contrato)
técnico pelo Projeto e a equipe técnica da CONTRATANTE, para apresentação dos trabalhos e análise ao longo do desenvolvimento dos serviços, nos termos do Anexo n. 2 ao EDITAL, por ocorrência	
5.Deixar de apresentar pareceres técnicos ou quaisquer esclarecimentos solicitados pela equipe de fiscalização da CONTRATANTE, nos prazos previamente notificados, quando solicitados, conforme disposto no Anexo n. 2 ao EDITAL, por dia de atraso	0,5%
6.Deixar de prestar todos os esclarecimentos necessários até o final do procedimento licitatório de contratação da empresa responsável pela execução da obra decorrente dos projetos objeto deste Contrato, sem qualquer ônus adicional, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme disposto no Anexo n. 2 ao EDITAL, por dia de atraso	0,5%

#### **CLÁUSULA NONA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

O preço total estimado do presente Contrato é de R\$93.843,94 (noventa e três mil, oitocentos e quarenta e três reais e noventa e quatro centavos), considerando-se os valores unitários constantes da proposta da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro – O objeto aceito pela CONTRATANTE será pago em 4 (quatro) parcelas, por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo órgão responsável, conforme quadro a seguir:

PARCELA	PERCENTUAL A SER PAGO	CONDIÇÃO
1ª	42,81% DO VALOR TOTAL DO CONTRATO	Após a emissão do Termo de Recebimento Provisório referente à 1ª etapa
2ª	30,33% DO VALOR TOTAL DO CONTRATO	Após a emissão do Termo de Recebimento Provisório referente à 2ª etapa
3ª	6,86% DO VALOR TOTAL DO CONTRATO	Após a emissão do Termo de Recebimento Provisório referente à 3ª etapa
4ª	20% DO VALOR TOTAL DO CONTRATO	Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo

Parágrafo segundo – Os recebimentos provisórios e o recebimento definitivo se darão conforme o disposto na Cláusula Sexta deste Contrato.



Parágrafo terceiro – A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo quarto – A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND), do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), todos dentro dos prazos de validade neles expressos.

Parágrafo quinto – O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados do aceite do objeto e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo sexto – No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), calculados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que  $i$  = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

Parágrafo sétimo – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que tratam o artigo 31 da Lei 8.212, de 1991, com redação dada pelas Leis 9.711, de 1998 e 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei 9.430, de 1996 e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo oitavo – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo nono – As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, deverão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto da Nota de Empenho n. 2014NE001697, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 01.031.0553.4061.5664 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política (Reparos e Conservação).
- Natureza da Despesa:
  - 4.0.00.00 – Despesas de Capital
  - 4.4.00.00 – Investimentos
  - 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
  - 4.4.90.51 – Obras e Instalações

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Contrato terá vigência de 5 / 5 / 14 a 4 / 5 / 15.

Parágrafo único – Este contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL**

Considera-se órgão responsável pelo presente Contrato a Coordenação de Engenharia de Obras do Departamento Técnico da CONTRATANTE, situada no Edifício Anexo I, 19º andar, sala 1902, que designará servidor responsável pelos atos de acompanhamento e fiscalização desta contratação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 15 (quinze) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 5 de maio de 2014.

Pela CONTRATANTE:

Sérgio Sampaio C. de Almeida  
Diretor-Geral  
CPF n. 358.677.601-20

Pela CONTRATADA:

Waldemar Fonseca Mourão  
Procurador  
CPF n. 270.117.717-00

Testemunhas: 1)

Silvanio. 2611

2) Maria de Fátima P. 2148